

O outro lado da Abolição: o envolvimento dos maçons e dos negros no processo de emancipação do trabalho escravo

Tiago Cesar da Silva
Vanessa Faria e Silva

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo demonstrar o envolvimento da maçonaria nas manifestações de escravos que permeiam o processo de sua emancipação no Brasil, dando destaque à província do Rio de Janeiro e ao recorte temporal localizado entre 1850 e 1888. O período foi escolhido por englobar a elaboração das três principais leis a respeito da Abolição: a Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea. Esse envolvimento dos maçons se deu pela sua participação no governo imperial e através de sua atividade como escritores e jornalistas influentes, tornando possível, assim, a introdução de ideais libertários dentro da sociedade civil.

Não se trata de uma biografia desses iniciados, mas uma exposição de como tais membros da elite intelectual e social introduziram os ideais da congregação, ajudando a influenciar pouco a pouco a mentalidade da época. A maçonaria foi um grupo influente em vários períodos da história brasileira, no entanto sua participação no processo de libertação dos escravos não dispõe de muito espaço na historiografia.

Quanto aos escravos, esta pesquisa pretende demonstrar as formas de sua participação dentro do movimento abolicionista, procurando relatar o quanto importante ela foi para a desestruturação do sistema, pois “de todos os países da América Latina, o Brasil era aquele em que as condições econômicas, geográficas e sociais favoreciam mais uma rejeição da cruzada antiescravagista [...]”,¹ sendo necessário contar, portanto, não só com ideologias e políticas, mas também com uma participação relevante dos próprios escravos.

¹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 4.

Para tratar da influência maçônica no que tange à literatura da época, destacamos Rui Barbosa, Castro Alves, Joaquim Nabuco e Luiz Gama, escritores e maçons que, à sua maneira, difundiram o pensamento libertário através de livros e de outras atitudes que acabaram por incitar a participação dos escravos.

2. PANORAMA ECONÔMICO E FILOSÓFICO: A INFLUÊNCIA EXTERNA NO IDEAL LIBERTÁRIO E AS JUSTIFICATIVAS PARA A MANUTENÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Na segunda metade do século XIX, o Brasil se encontrava sob um quadro político ímpar. O discurso liberal se ampliava, propagando-se além da Europa, mas no Brasil ganhava um foco diferente. Enquanto lá se fixava contra a sociedade estamental, aqui o foco era a luta contra a escravidão, baseando-se na igualdade de direito entre os homens. O liberalismo europeu não era aplicável aos moldes nacionais – por ter como fundamento a liberdade, algo malvisto pela elite brasileira – e teve assim que se adaptar entre nós, adotando padrões e embutindo ideologias sob a matriz de uma outra realidade. O conceito de liberalismo que focamos nesta pesquisa se baseia no ideal de liberdade do homem, destacando-se na filosofia hegeliana a questão da falta de consciência do homem sobre sua própria liberdade,² alienado em torno de uma cultura arraigada na sociedade que mantinha a escravidão como uma prisão que ia além dos muros, mais do que uma condição social propriamente dita.

Havia uma dicotomia entre a teoria e a prática das propostas liberais no Brasil. Num país baseado economicamente na agroexportação e claramente dependente da mão de obra escrava, torna-se nítido que o governo estava intimamente ligado à elite agrária, pois esta subsidiava a economia brasileira. Embora inspirado em uma doutrina liberal, o governo estava mais preocupado em preservar a ordem e a tranquilidade pública e em sobrepor os interesses dessa elite aos da maioria da população do que garantir a liberdade e a igualdade perante a lei e os direitos dos indivíduos, valores divulgados pela Revolução Francesa e de cunho liberal.

A existência do latifúndio exigia uma grande quantidade de escravos. A posse de muitos hectares de terras fazia com que não houvesse uma preocupação com o terreno de plantio, configurando assim uma lavoura que estava predestinada

² HEGEL, Georg W. F. *Lecciones sobre la filosofia de la historia universal*. Buenos Aires: Revista do Occidente, 1946, t 1. p. 194.

ao desgaste do solo. Quando uma determinada área da fazenda declinava em produção, os fazendeiros se valiam do seu excesso de terras virgens e abandonavam aquele trecho. Para iniciar uma produção em um novo terreno, utilizavam um grande número de cativos. Mais braços significavam mais lucro. Já que os fazendeiros fatalmente necessitariam dessa mudança de terreno, era importante que a força de trabalho estivesse à sua disposição e que a transição ocorresse no menor tempo possível para que não prejudicasse a colheita.³

A manutenção da escravidão servia apenas ao interesse de poucos indivíduos na sociedade, mais especificamente aos grandes latifundiários, e entre esses poucos, a alguns ilustres membros da elite política da época. A simples possibilidade da perda dessa mão de obra alimentava diversos embates nas esferas do poder, já que os escravos atuavam nas mais diversas atividades. É inegável a sua presença maciça na produção de café, principal produto do Império, cuja produção aumentava em grande escala, chegando a 56,63% entre 1880 e 1889.⁴

Em meio a essa sociedade governada por intermédio do modelo monárquico e com uma elite política e econômica em constantes conflitos internos – que não se baseavam em discussões ideológicas e sim em disputas pela hegemonia –, o país presenciava a realidade corrupta da estrutura escravocrata: uma precária economia agrária, cidades carentes de abastecimento, de higiene e de obras públicas, massas destituídas e analfabetas, além das parentelas, favores, privilégios e proteções às elites por parte do governo.

A força que esse grupo impunha era poderosa. Devido a isso, o governo pouco interferia na relação senhor/escravo, até mesmo buscando embasamento no discurso liberal, que tem como um dos seus pressupostos o direito de o dono gerir seus bens. Os escravos, aliás, mais do que bens, eram uma forma de *status* dentro da sociedade, pois a quantidade de “peças” (termo que tornava o ser humano um objeto) significava que o proprietário tinha mais terras para eles trabalharem. E terra, dentro do universo brasileiro do século XIX, significava poder.

³ *Ibid.*, p. 151.

⁴ NEVES, Lúcia Maria B. P.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 143.

Pode-se conectar a disparidade social que encontramos na sociedade brasileira da época com a situação econômica produzida pelo escravismo. Para ilustrar melhor, voltemos à política inglesa de expansão comercial envolvendo o Brasil. Durante muito tempo, a Inglaterra beneficiou-se do escravismo. Com a Revolução Industrial, veio a necessidade de novos mercados consumidores. Assim, a Inglaterra não só proibiu o tráfico para suas colônias, como também pressionou os outros países a fazerem o mesmo. O interesse na abolição no Brasil era grande, pois somente com mão de obra assalariada existiria um mercado consumidor para os produtos europeus. Contudo, a pressão exercida pelos conservadores era forte.

Em face da posição “neutra” do governo brasileiro, a Inglaterra exerceu de forma mais firme sua política externa contra o tráfico. Em 1845, o Parlamento inglês promulgou o *Slave Trade Suppression Act* (*Bill Aberdeen*), que dava a embarcações inglesas o direito de apreender navios com carregamento de escravos sem prévio aviso. Essa atitude preocupou não só os envolvidos com o tráfico, mas também os fazendeiros e o governo brasileiro. Este protestou contra a falta de respeito à soberania nacional, num documento enviado ao Parlamento inglês no mesmo ano.⁵

O discurso antiescravista estava baseado na questão de trazer valores morais da Europa para o Brasil, dando a entender que o sistema escravocrata era a confirmação aos olhos do mundo de que estávamos um passo atrás no progresso. O processo emancipacionista nada tinha de humanitário, mas era de cunho evolutivo, uma forma de igualar valores sociais a padrões internacionais considerados avançados.

As formas de controle eram as mais variadas. Nas pequenas fazendas, a proximidade com o senhor era maior, o que permitia um contato até mesmo mais afetivo. Nas grandes propriedades, havia a representação de poder por meio de capatazes ou até mesmo de escravos que já tinham conquistado a confiança de seus donos. Uma das formas de apaziguar o escravo – e até de lhe dar certo conformismo – era

⁵ ABREU, Antônio Paulino Limpo de [Visconde de Abaeté]. Protesto contra o acto do Parlamento britânico, que sujeitou os navios brasileiros que fizeram o trafico de escravos ao Tribunal do Almirantado e a qualquer Tribunal de Vice-Almirantado dentro dos domínios de Sua Magestade Britannica [Documento resumido]. In: ALVES FILHO, Ivan. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 215. Documento publicado originalmente no Rio de Janeiro, em 1845.

a recompensa. A cada alqueire trabalhado, pagava-se um valor a fim de que o escravo fizesse compras nas mercearias próximas ou até mesmo guardasse dinheiro para comprar sua liberdade. Assim, com a esperança de alforria, trabalhariam até mesmo de forma mais empenhada, em busca desse objetivo.⁶

A criação de estereótipos para justificar o cativo também foi utilizada. O negro era visto como uma raça inferior, preguiçoso, feio, com tendências para os lados mais obscuros da humanidade, como a violência. As teorias eugênicas do século XIX corroboravam esses laudos, considerando os negros uma sub-raça intermediária que necessitava de constante vigilância para trabalhar.⁷

Outra ideia difundida como forma de justificativa da escravidão era a questão da caridade ligada aos preceitos cristãos, que punha a condição de cativo como um salvamento, uma benfeitoria, pois tiraria o negro da barbárie em que vivia para fazê-lo aflorar em uma vida de salvação da alma. Ele seria recompensado com a entrada aos céus graças ao conhecimento e participação na glória divina.⁸

Stuart Clark, ao aliar a antropologia à história, chega à conclusão de que símbolos culturais só podem ser interpretados por indivíduos pertencentes ao grupo que os gera. Com base nessa ideia, é preciso compreender que não só um ideal europeu foi trazido para a realidade brasileira, mas também cada grupo teve determinada reação a essa incorporação cultural, fazendo com que suas próprias realidades se fizessem aceitas quando conectadas a outras.⁹ Os ideais iluministas de liberdade do homem foram percebidos no Império brasileiro como o caminho para a evolução social e intelectual do homem. Ainda que tivessem referências francesas, devido à sua concepção no seio da Revolução, continuavam sendo privilégios de uma elite erudita. Os ideais de liberdade e de fraternidade caminhavam junto com os interesses econômicos, levando à defesa de uma emancipação gradual em oposição a uma abolição abrupta, com

⁶ NEVES, Lúcia Maria B. P.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*, p. 154.

⁷ *Ibid.*, p. 354.

⁸ *Ibid.*

⁹ VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 153.

o intuito de minimizar os prejuízos causados não só ao país como um todo, mas sobretudo aos latifundiários.

Como justificativa para o fim da escravidão, também foram utilizados argumentos científicos. Com grandes lotes de terras e lucro excessivo, os fazendeiros pouco se importavam com a baixa produtividade. Isso gerava o atraso da tecnologia agrária, pois os donos de terras não buscavam novas formas de plantio. Uma das propostas era a reforma agrária, convertendo os latifúndios em fazendas de médio e pequeno porte, fruto ainda de uma cultura europeia. Não se ignorava que a escravidão servia como suporte da economia. Daí, por sensatez, fazia-se necessário um determinado tempo para a nação substituir essa mão de obra pelo imigrante ou até mesmo pelo ex-cativo.

Alguns historiadores, como Robert Conrad, defendem que a emancipação gradual se deu por conta da percepção dos grandes fazendeiros de que a abolição seria inevitável. Assim, esse seria o modo de atrasar o processo para manter durante o maior tempo possível o lucro gerado. Utilizando um termo particular – emancipacionismo imperial¹⁰ – Conrad considera que a década de 1860 foi marcada por conluíus entre o governo imperial e os grandes fazendeiros. A Lei do Ventre Livre, de 1871, nada mais teria sido do que um resultado positivo desse debate.

A solidariedade ao sofrimento dos escravos – pensar em um homem sendo privado de seu bem mais precioso: a liberdade – foi o caminho da maçonaria, que tomou para si a bandeira da abolição. A humanização do escravo foi uma das formas encontradas para aproximar a discussão do povo. Como esse assunto só interessava a quem possuía cativos, a forma encontrada para difundir a ideia foram os jornais abolicionistas, que denunciavam os maus-tratos e causavam comoção na população. Sendo a evolução do homem uma das bandeiras maçônicas, as ligações entre a imprensa abolicionista e os maçons ampliaram propositalmente o foco de discussão, saindo dos muros das lojas (termo usado pelos maçons para designar centro de reunião, núcleo) e indo para o dia a dia da nação através de diversas publicações.

Com a baixa escolaridade do povo e um grande número de analfabetos, caricaturas também serviram bem aos abolicionistas como forma de se alcançar as

¹⁰ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*.

massas. Nesse sentido, destacamos a *Revista Ilustrada*, que o maçom Joaquim Nabuco tinha em grande estima, referindo-se a ela como “Bíblia da Abolição dos que não sabem ler”. Percebemos assim a preocupação em difundir a mensagem por todo Império, mesmo que visualmente. Sobre os desenhos nesse periódico, diz-nos Delgado:

As gravuras que publicou apresentavam os escravocratas como figuras sinistras, de fisionomias iracundas, empunhando a chibata e os instrumentos de tortura com que sacrificavam seus míseros cativos. Estes, por sua vez, eram retratados como vítimas cheias de sofrimento, para as quais, brilhava, ao longe, o sol da liberdade.¹¹

Esse trecho deixa claro o objetivo do movimento humanitário abolicionista. A percepção do sofrimento do negro acabava por sensibilizar o povo, fazendo com que se envolvesse de forma mais efusiva nas discussões e nos ideais abolicionistas, assimilando assim um pensamento proposto por uma outra classe, que por sua vez herdou esses ideais do que era considerado civilizado no mundo europeu. Posteriormente, isso não atingiu somente a forma como o povo via a escravidão, mas também como os negros se percebiam dentro do processo emancipacionista, fazendo com que adotassem uma postura mais clara, visto que seriam os grandes beneficiários.

3. QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIAIS: A MAÇONARIA ARRAIGADA NO PODER E EXPONDO SEUS IDEAIS

Os grupos que, no Brasil, defendiam o fim da escravidão a partir de discussões no Parlamento, de debates entre a elite branca e da defesa de uma abolição da escravatura gradativa eram movidos por “sentimentos humanitários” e muitas vezes em causa própria. Foi o caso, por exemplo, da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, que reunia líderes da política nacional e defendia propostas

¹¹ DELGADO, Alexandre Miranda. *Aspectos da campanha abolicionista na imprensa*. In: WEHLIG, Arno (Org.). *A abolição do cativo* – os grupos dominantes: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IHGB, 1988. p. 127.

de reformas sociais, preocupando-se com questões ideológicas relacionadas ao movimento abolicionista.

Um representante dessa ideologia foi a Confederação Abolicionista, que se empenhou na propaganda e nas mobilizações políticas e se preocupou com o destino de escravos fugidos e libertos. Dessa Confederação, não participaram representantes do Parlamento. Alguns indivíduos se destacaram, como o jornalista maçom José do Patrocínio e o presidente da Confederação, João Clapp.

Alguns grupos da sociedade procuraram agir com cautela em relação à crise escravista. Percebendo que, em função da proibição do tráfico negreiro e das pressões internacionais e nacionais, a escravidão caminhava para o fim, trataram de tomar decisões que protelariam esse resultado. Faziam parte desses grupos grande parte da elite, como também o governo imperial, na sua maioria dependentes da mão de obra escrava e da economia baseada nela. É o mencionado “emancipacionismo imperial” que se desenvolveu na década de 1860 e cujos defensores consideravam impossível a abolição da escravatura nas circunstâncias brasileiras. Contudo, eles defendiam a necessidade de mudanças para amenizar as críticas às formas de utilização da mão de obra escrava.

A influência de Hegel nas universidades europeias teve reflexos no Brasil. Sendo elas o berço de muitos jovens intelectuais brasileiros que posteriormente seriam membros de destaque do governo, além de maçons ativos, as ideias acabavam por se espalhar no seio da sociedade.¹² Para Hegel, a escravidão, de certa forma, era necessária, pois compunha o momento de transição de um estado inferior para outro superior. Além disso, por ser uma questão cultural da África, entendia-se que esse estágio era necessário para a verdadeira compreensão de liberdade do homem tanto para os negros como para toda a sociedade.¹³

Durante o Segundo Reinado os gabinetes tiveram 85 membros entre 1870 e 1889. Destes, cerca de 13% fazia parte do quadro da maçonaria. Dentro do Conselho de Estado, esse número subia para 30% dos 48 conselheiros no mesmo período. Analisando ainda os nomes dos 77 senadores vitalícios das seis provín-

¹² BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed.Unicamp, 1999. p. 59.

¹³ CORBISIER, Roland. *Enciclopédia filosófica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. Verbetes “Hegelianismo”.

cias mais importantes do Império – dentre estas o Rio de Janeiro – chega-se ao número aproximado de 21%, segundo pesquisas realizadas por Alexandre Barata.¹⁴

Como exemplo inicial, podemos citar José Maria da Silva Paranhos. Iniciando sua carreira política em 1845, quando foi eleito deputado da Assembleia Provincial, logo se tornou secretário, vice-presidente e presidente interino da província. Posteriormente, em 1848, foi eleito deputado da Assembleia Geral. Além do Rio de Janeiro, também cumpriu mandatos em outros estados, como deputado por Sergipe e senador por Mato Grosso, além de conselheiro de Estado. Por serviços prestados à nação recebeu várias honrarias, sendo a de maior destaque o título de visconde do Rio Branco, em 1870, por ter agido como diplomata na problemática região do Prata. A partir de março de 1871, assumiu a presidência do Conselho de Ministros, empreendendo várias mudanças no país, sendo a de maior destaque a implementação da chamada Lei do Ventre Livre.

Rio Branco superou uma série de dificuldades para conseguir a promulgação dessa lei, mas após a dissolução da Câmara, em 1872, as cisões se tornaram mais perceptíveis. Vainfas sugere que a participação de Rio Branco na maçonaria foi motivada, ao menos no início, pelo desejo de formar alianças e aumentar sua rede de apoio.¹⁵ Todavia, ele chegou a grão-mestre do Grande Oriente, centralizando e consolidando a maçonaria no Brasil.

Temos diversos outros exemplos de maçons relevantes que participavam da política dentro do Império. A historiografia maçônica foi um ponto de partida para a pesquisa desses membros.¹⁶ Podemos citar Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná, ministro da Justiça (1832) e presidente da província do Rio de Janeiro (1841); Miguel Calmon, o marquês de Abrantes, ministro da Fazenda e dos Estrangeiros (1828); Antonio Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, ministro da Marinha (1844) e da Fazenda (1862), conselheiro de Estado e senador; Alves Branco, deputado, ministro da Justiça (1835) e da Fazenda (1848); e Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, ministro

¹⁴ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*, p. 138.

¹⁵ JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 438.

¹⁶ ASLAN, Nicola. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. Rio de Janeiro: Aurora, 1973.

da Marinha, primeiro presidente da província do Rio de Janeiro (1834), ministro da Fazenda (1847) e presidente do Banco do Brasil (1872).¹⁷

Atuando diretamente no processo emancipacionista no Rio de Janeiro, podemos destacar José do Patrocínio, jornalista e vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1886); Joaquim Nabuco, diplomata e tribuno; Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores (1889); Castro Alves, o “poeta dos escravos”;¹⁸ Ubaldino do Amaral, prefeito do Rio de Janeiro (1897), ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Banco do Brasil; Antônio Alves Pereira Coruja, tesoureiro do IHGB (1839); padre Almeida Martins e Rui Barbosa.¹⁹

A sobreposição de uma onda emancipacionista em relação a uma abolicionista, baseada principalmente no humanismo hegeliano, no campo do discurso ideológico e filosófico, e no humanitarismo decorrente no dia a dia do Império, fez com que a ideia também fosse aos poucos ganhando a simpatia do povo. Esse envolvimento da população foi muito importante para que o movimento ganhasse voz nas ruas.²⁰ Por sua vez, os maçons haviam tomado do mundo europeu moderno o ideal da libertação dos escravos, traçando um ponto de convergência entre erudito e popular.

A manutenção da escravidão somente interessava a grandes fazendeiros. O povo começava a se sensibilizar e se solidarizar com a situação do escravo.²¹ Através da literatura e dos jornais, que expunham os castigos extremos aos quais os negros eram submetidos, a elite intelectual encontrara a forma de levar e difundir os ideais libertários na sociedade civil. Com a solidariedade das massas, o mo-

¹⁷ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*, p. 68.

¹⁸ CASTELLANI, José. Os maçons e o movimento abolicionista brasileiro. In: *CADERNO de Pesquisas Maçônicas*. Londrina: A TROLHA, 1989. p. 102.

¹⁹ COSTA, Frederico Guilherme. *A maçonaria e a emancipação do escravo*. Londrina: A TROLHA, 1999. p. 55.

²⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²¹ NEVES, Lúcia Maria B. P.; MACHADO, Humberto Fernandes. A morte da escravidão. In: _____. *O Império do Brasil*, p. 348.

vimento ganhava mais força e exercia uma pressão sobre o governo, impossível de ser ignorada.²²

Para alguns historiadores, a Lei do Ventre Livre veio como uma estratégia escravocrata para procrastinar a libertação dos cativos. Emília Viotti da Costa, por exemplo, afirma que a promulgação dessa lei é quase um marco da passagem de alguns escravistas para a condição de emancipadores, como forma de evitar participações externas no seu direito à propriedade, além de reagir à ebulição de revoltas do povo e dos escravos.²³

De qualquer forma, não se pode negar que a Lei do Ventre Livre foi o início de um processo mais maciço de emancipação do trabalho escravo, pois além de uma condenação moral também impedia a reprodução por longa data desse sistema. Porém, em curto prazo, não representou mudanças significativas para os abolicionistas, já que apesar de os filhos das escravas não serem mais considerados da mesma forma, permaneciam nessa condição por conta da alternativa do senhor de explorar o seu trabalho até os 21 anos, de forma indenizatória.

Os argumentos contrários à promulgação da Lei foram diversos. Inicialmente, fixavam-se na economia, no direito à propriedade e na forma autoritária como o governo tratava o tema, sem consultar os donos de “peças”. Também apelavam para o caráter humanitário, alegando que a lei era injusta com a família cativa, pois os próprios escravos seriam prejudicados com a separação dos filhos das mães, além de causar mal-estar entre os filhos mais velhos, pois um seria livre e outro não. Possivelmente, isso ocasionaria distúrbios entre os cativos, podendo até contribuir para um sentimento insurgente contra a ordem social vigente.²⁴

A compra da liberdade pelos próprios negros já era uma prática corrente no Império. Contudo, ficava atrelada à vontade dos seus donos. Por isso Nabuco de Araújo e o visconde do Rio Branco lutaram para incluir artigo na lei que poderia dar margem a um embate judicial, caso o escravo possuísse o valor para

²² SANCHES, Marcos Guimarães. Abolição e forças produtivas. In: WEHLIG, Arno (Org.). *A abolição do cativo* – os grupos dominantes, p. 148.

²³ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 351.

²⁴ ABREU, M. *Mães escravas e filhos libertos: novas perspectivas em torno do Ventre Livre*. In: RIZZINI, Irene (Org.) *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: USU, 1997.

a compra de sua liberdade. O senhor poderia até impedir o escravo de ter tempo extra para trabalhar e assim formar seu pecúlio próprio, mas teoricamente deveria aceitar, se lhe fosse oferecido o valor justo.²⁵ Não podemos nos esquecer que muitas organizações, inclusive a maçonaria, foram responsáveis pelo patrocínio de alforrias. No caso específico da maçonaria, existem diversas fontes primárias que provam a arrecadação entre os membros para a compra de liberdade de escravos. Várias sessões solenes foram abertas com leituras de cartas de alforria patrocinadas pela coleta de dinheiro entre os membros.

Segundo Chalhoub, a escravidão no Império se tornou um pouco menos rigorosa no sentido do controle direto. Os escravos trabalhavam no ganho, ficando responsáveis por pagar a seu dono um valor estipulado diariamente. Muitos não viviam nas mesmas casas que seu senhores, morando em cortiços ou em seus próprios locais de trabalho. Assim, somente permanecia na condição de escravo quem não conseguia o dinheiro por meio de empréstimos ou doações de entidades abolicionistas.²⁶

Mesmo sendo ineficaz, a Lei do Ventre Livre conseguiu abafar em parte o clamor por liberdade. Na década de 1880, os movimentos abolicionistas, que defendiam a extinção imediata do trabalho escravo, ressurgiram com força, delineando de forma mais clara as linhas que os separavam dos emancipacionistas, defensores da libertação gradual.²⁷ Além disso, eclodiram revoltas com envolvimento da população e dos próprios negros.²⁸ Diversas sociedades se formaram, como a Confederação Abolicionista, fundada em 1883 pelo maçom José do Patrocínio, que buscava reunir todas as sociedades abolicionistas do Rio de Janeiro e Niterói, tais como a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, a Emancipadora da Escola

²⁵ MATTOSO, Kátia. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.16, p. 37-45, 1988; MENDONÇA, J.M. *Entre a mão e os anéis: a Lei do Sexagenário e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.

²⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 161.

²⁷ MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. Brasília: UnB, 1986. p. 59.

²⁸ LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. p. 59.

Militar, o Clube dos Libertos de Niterói e o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes.²⁹

Os veículos de comunicação maçônicos eram muito eficazes. No Rio de Janeiro, destacavam-se *O Pelicano*, *A Família*, *Família Maçônica*, *O Mundo Maçônico* e *Aurora Escossez*. Esses periódicos divulgavam entre os maçons o que estava sendo feito pelo processo abolicionista e informavam como estavam as comunicações entre as lojas de outros estados e até de outros países. Podemos encontrar frequentemente cartas de felicitações pelas vitórias a favor da liberdade de lojas da Colômbia, França, Inglaterra, etc. Criado em 22 de setembro de 1871, *o Boletim do Grande Oriente do Brasil* teve um importante papel. Já em seu número de estreia, o editorial adotou uma postura de repúdio perante o cativo:

A maçonaria, sem política, nem partidos, dirigiu-se também à resolução do problema. Estabelecido um dos meios da abolição do cancro que destrói infelizmente a nossa sociedade, era preciso mais um complemento à obra tão dignamente encetada, e hei-lo sustentado vigorosamente no Parlamento pelo nosso atual Grão-Mestre e a presente administração tornando-se credora das bênçãos da humanidade e do país por levar efeito a lei geral que concedeu desde 28 de setembro a liberdade a milhares de infelizes que nasceram no Brasil. Não nos cumpre investigar qual seria o melhor meio prático da realização da ideia. O governo do estado certamente reformará a lei, se assim julgar necessário e concluirá sua digna tarefa, extinguindo completamente a escravidão e continuando a introduzir no país o elemento que substitua o braço escravo.³⁰

Esse trecho denota a confiança no governo, justificada pela participação maçônica nele, em especial com o visconde do Rio Branco.

Por conta da grande visibilidade alcançada pelos meios de comunicação maçons (perceptível ao serem analisadas outras fontes, como o jornal católico *O Apóstolo*), surgiu uma gama de outros jornais com o mesmo propósito. O

²⁹ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*, p. 124.

³⁰ BOLETIM do Grande Oriente do Brasil: ao Vale do Lavradio. Rio de Janeiro, dez. 1871. Editorial.

desprezo pela escravidão era manifestado em tom uníssono e recorrente nessas publicações. O repúdio tendia a discursos inflamados e à reflexão sobre o papel dos maçons naquele momento:

Nenhum erro é mais antigo, nenhuma instituição é mais hedionda do que a escravidão, entretanto está quase extirpado este medonho cancro social.

A Maçonaria unida reassume de hoje em diante seu posto de honra; ella será a guarda avançada do progresso da humanidade.

Educando o filho, emancipando o escravo, amparando a viúva, protegendo as classes desvalidas e libertando a consciência do homem de férreo jugo do despotismo clerical, ella se recomendará a posteridade pelos relevantes servisos em prol da civilização.³¹

Percebe-se aqui a forma engajada como a maçonaria tomava para si a responsabilidade da libertação dos cativos, além da percepção sutil de que estava no caminho para tal. O envolvimento dos maçons contra a escravidão ocorreu desde as primeiras leis e foi até a participação direta. Na página 98 do mesmo boletim, menciona-se a entrega de 12 cartas de liberdade a menores alforriadas por iniciativa da Ordem.

Sobre as leis, temos o exemplo do estadista Rui Barbosa. Em 4 de abril de 1870, ele apresentou para a Loja América um projeto abolicionista a que toda a maçonaria brasileira deveria se submeter. A libertação dos cativos passava a ser questão moral, uma questão interna do que é ser maçom, valorizando princípios básicos como a liberdade. Com isso a entidade passava a ter o respeito dos próprios escravos. Fazia-se saber que era costumeira a arrecadação de dinheiro para a libertação de cativos, especialmente em reuniões doutrinárias. As fontes primárias citam diversas vezes a compra de alforrias, o que fazia que, vez por outra, escravos fugidos se dirigissem às lojas. Quando isso ocorria e estava fora do orçamento, era comumente feita uma nova coleta para aquele fim, chamado “tronco”.

Diante da condenação aos ideais maçônicos, sob o argumento de que iam contra os ideais cristãos, os maçons replicavam com a valorização das virtudes do

³¹ BOLETIM do Grande Oriente do Brasil: ao Vale do Lavradio. Rio de Janeiro, p. 187, maio 1872.

homem, encontradas nos próprios maçons, segundo eles. Essas ideias foram difundidas entre a população por meio da filantropia e da criação de escolas, como forma de desestimular a ideia de que a maçonaria era maléfica. A construção de escolas e a oferta de aulas noturnas para as camadas do povo tinham como objetivo identificar as lojas como libertadoras da consciência do homem, buscando combater o que a Igreja chamava de “complô”.

A partir de 1870, o apoio à educação pela maçonaria se consolidou. Em 1872, no Rio de Janeiro, foi fundada uma loja com o título distintivo de Vésper, com a finalidade de dar instrução às classes menos abastadas.³² Esse ano foi emblemático, pois a assinatura da Lei do Ventre Livre no ano anterior ecoou dentro da maçonaria como uma grande vitória, sendo o grão-mestre frequentemente enaltecido nas publicações.³³

Nos anos seguintes, houve uma crescente discussão interna do movimento libertário, com ápice em 1877, quando ocorreu uma grande mobilização para que o pensamento maçônico fosse difundido por meio da educação. Foram feitas diversas sessões no Grande Oriente do Brasil para a discussão dessa atuação.³⁴

A “luz sobre as trevas”, expressão que aparece frequentemente nas publicações maçônicas, dirigia-se à falta de pensamento próprio resultante da educação católica, que predominava no século XIX e se voltava somente para a elite. Essa educação mantinha uma determinada estagnação social. A visão – e proposta – maçônica era de dar subsídios para que o povo pudesse prosperar. Com o crescimento pessoal, ocorreria o crescimento de toda a nação no campo financeiro e intelectual. A igualdade era o ideal a ser alcançado.

A questão da participação da maçonaria nas transformações ocorridas também é alvo das discussões internas. Apesar de existirem duas vertentes, a liberal de Saldanha Marinho e a solidária do visconde do Rio Branco, nenhuma delas excluía a necessidade do pensamento da outra. Ou seja, não é porque o visconde

³² A FAMÍLIA, p.1, 12 dez.. 1872.

³³ A FAMÍLIA, p. 9, 31 out. 1872.

³⁴ BOLETIM do Grande Oriente do Brasil, p. 31.

defendesse a caridade em primeiro plano que não haveria de existir a separação entre poder e maçonaria, vide o próprio como exemplo.

Outra forma de participação da maçonaria no processo de emancipação gradual do escravo foi a literatura, por meio da promoção da mudança de pensamento da sociedade civil. Diversos escritores do século XIX que tinham como tema principal de suas obras a escravidão eram maçons. A solidariedade com o negro, escravos e libertos, era estimulada pela divulgação de seu sofrimento, o que poetas e literatos fizeram com primazia.

Começemos com Luiz Gama. Mestiço, nascido livre, foi vendido pelo pai e se tornou escravo, condição que o acompanhou por um breve período. Devido à sua eloquência e à sua proximidade com o professor de direito dr. Furtado de Mendonça, tornou-se um advogado provisionado. Ficou conhecido como o “advogado dos escravos” devido às lutas jurídicas em que se engajou pelo processo de abolição. O envolvimento com a maçonaria está implícito em sua principal obra, o poema chamado “Quem sou eu?”, também conhecido como “Bodarrada”. A interpretação mais comum sobre o poema é de que “bode” se refere aos negros, aos escravos. Porém, o termo se refere a como um maçom era chamado pejorativamente.

Luiz Gama consta como um membro filiado à Loja América, a mesma de que fizeram parte Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Rui Barbosa e Luiz Gama também trabalharam juntos na redação do jornal *Radical Paulista*, que tinha em seus quadros também Castro Alves.³⁵

Partindo do mesmo pressuposto, Castro Alves buscava sensibilizar o povo através do sofrimento do negro. O “poeta dos escravos”, em *Navio negreiro*, expõe as viagens que os escravos faziam da África para o Brasil, perdendo a identidade de sua origem e, muitas vezes, sequer completando a travessia. Ele descreve como a retirada da liberdade fere o negro, antes livre em seu lar, tendo todo o continente para percorrer, agora confinado dentro de um navio, sendo transportado não sabe para onde, vendo seus pares padecerem durante a viagem, com a angústia de saber que talvez seja o próximo a falecer. O negro era visto como o ingênuo, que, após tanto sofrimento, precisaria ser acolhido pela solidariedade.

³⁵ CASTELLANI, José. *Histórias pitorescas de maçons célebres*. Londrina: A Trolha, 1997; ASLAN, Nicolla. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. [S.l.]: Maçônica, 1973.

Por último, vejamos a participação de Rui Barbosa, que foi além de discursos sobre a necessidade de amparar o escravo. Ele defendia a união entre o movimento abolicionista e o cativo, envolvendo-os na batalha pela sua liberdade, ambos se integrando com o próprio Império.

Foi a propaganda abolicionista, com o apoio dos quilombos, que obrigou a princesa a manifestar-se abertamente abolicionista, a promover batalhas de flores e a enfeitar o vestido real com as camélias do quilombo do Leblon.³⁶

Dessa forma, segundo Barbosa, a união da imprensa, de grupos civis que lutavam pelo fim da escravidão – como a maçonaria – e dos próprios negros fez com que a abolição tomasse seu caminho de forma mais ágil, pois todos buscavam o mesmo objetivo, que foi alcançado quando as massas se integraram na batalha.

O envolvimento desses intelectuais no movimento abolicionista foi importante. Suas obras atravessaram o tempo e até hoje nos permitem analisar a escravidão de um ponto de vista conjuntural, visto que foram escritas por mentes contemporâneas à situação. O interessante de trabalhar com poesia para a compreensão da história é permitir ao leitor não acadêmico ter conhecimento de como os fatos eram percebidos. E era justamente este o objetivo dos poemas: alcançar um público maior para expandir seus ideais libertários.

Por outro lado, intensificou-se o repúdio da elite pelo movimento de libertação, tentando silenciar todo e qualquer ato que o fortalecesse. O próprio governo tentou conter a “onda livre”, criando uma proibição de “ajuntamento em praças públicas”, que visava a dificultar as formas para se alcançar apoio da sociedade. Essa medida chegou a provocar confrontos, como em 8 de agosto de 1887, durante uma manifestação organizada pela Confederação Abolicionista em que estava previsto um discurso do maçom Quintino Bocaiúva,³⁷ que aliás chegaria a grão-mestre no início do século XX.

³⁶ Apud SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 31.

³⁷ NEVES, Lúcia Maria B. P.; MACHADO, Humberto Fernandes. *A morte da escravidão*, p. 377.

4. ESCRAVOS E MAÇONS: AS ATITUDES CONCRETAS QUE DEMONSTRAM O ELO ENTRE AS ATITUDES DAS PERSONALIDADES MAÇÔNICAS E AS MANIFESTAÇÕES ESCRAVAS

Muitas foram as manifestações escravas na luta contra o cativo, e o apoio da ideologia e atitude maçônicas teve grande importância nesse cenário.

Os proprietários de escravos tinham nos periódicos um instrumento de grande importância para a manutenção do sistema escravista. Neles, divulgavam seus anúncios de compra, venda e aluguel de escravos, assim como as fugas, aproveitando para disseminar a ideia do escravo revoltoso e indisciplinado. A grande oferta de cativos para compra ou aluguel demonstra o quanto a instituição estava enraizada na sociedade de um modo geral e não somente no meio rural. Os periódicos também relatavam as formas mais diversas de se obter lucro através do escravo, demonstrando o cotidiano de uma sociedade baseada na mão de obra escravista. Há notas sobre a prisão, condenação, “bebedeiras”, fugas, entre tantos outros “problemas” causados à sociedade pelos cativos. Os muitos anúncios de procura de cativos fugidos revelam que o prejuízo e a dependência da mão-de-obra negra eram grandes a ponto de serem oferecidas consideráveis recompensas.

Em contrapartida, o periódico foi também o grande propagador das ideias antiescravistas. Mesmo tendo a população uma minoria de alfabetizados, as ideias originadas pelos periódicos e passadas oralmente foram de grande importância na causa abolicionista.

O escravo, de alguma forma, colaborou para a aquisição de sua liberdade e tinha consciência disso. As atitudes tomadas pelos escravos não foram tão somente um reflexo dos maus-tratos, mas alternativas ao seu alcance para conquistar a liberdade. A resistência escravista não pode ser encarada como um processo passivo. E em muitos casos, teve nos integrantes da maçonaria um grande apoio.

Existem relatos da época que vão de encontro à ideia da “passividade escrava”, como no discurso acima mencionado de Rui Barbosa. Outro vem do jornal *Cidade do Rio*, cujo dono era José do Patrocínio:

De Campos [...] os escravizados da Fazenda do Becco começaram a dar aos seus infelizes companheiros do município o exemplo da resistência ao trabalho infamante. Por elles ainda sabe que mesmo em frente à

força armada e municuada, como para um combate, os escravizados continuaram na mesma atitude [...].³⁸

Não só de rebeldias eram feitas as ações de resistência escrava. Documentos relatam a procura pelo escravo do direito à liberdade por vias legais, como o requerimento da escrava Pretildes ao visconde do Rio Branco, no ano de 1879:

[...] Ante as Augustas plantas de V. Ex^a., vem a mizera escrava Pretildes, implorar de V. Ex^a. com as mãos postas o benefício de sua liberdade.[...] Exmo Senhor, a supplicante nascida na Província da Bahia, e em um paiz livre como é o Brasil por que tem a felicidade de ter magistrados como V Ex^a., não póde deixar de reccorrer à aquele que deu a liberdade a seus filhos, e cujo braço poderoso é a esperança da Pátria, e tambem da implorante que da sua Alta Compaixão espera o benefício que impetra na condicção de escrava do Exmo Senhor Chefe de Esquadra, Victorio José Barbosa da Lomba [...].³⁹

Muitas vezes os escravos aproveitaram as divisões internas das elites para fugir, se rebelar ou conquistar benefícios que em condições de passividade não conseguiriam. O grande número de fugas relatadas nos periódicos da época nos mostra que, mesmo correndo muitos riscos, os escravos em muitos casos preferiram tentar a fuga a permanecer nos exaustivos trabalhos e castigos a eles submetidos. Como relata a *Revista Ilustrada*, no ano de 1886:

[...] Escravos tirados das prisões, amarrados, amordaçados e espancados, metidos em carros para serem enviados a seus senhores[...]. Um outro escravo que ia reconduzido a seu senhor, conseguiu frustrar a vigilância de seus guardas e precipitou-se entre as rodas do trem, morrendo despedaçado.[...] Todos esses desgraçados preferem o mais horrível suicídio à morte lenta e dolorosa por meio de chicote molhado em vinagre e areia, despedaçando-lhes as carnes.[...] Apesar de todos esses horrores, não se vê um só senhor nas prisões do Estado.

³⁸ CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, p. 1, 11 out. 1887.

³⁹ Requerimento dirigido ao visconde do Rio Branco solicitando liberdade. Rio de Janeiro, 30.7.1879.

Em compensação elas estão cheias de infelizes que tiveram a ousadia de se revoltarem contra seus algozes. Santa Justiça!⁴⁰

Os periódicos da época retratam o resultado da resistência escrava somada ao discurso abolicionista através das inúmeras notícias de libertação dos escravos. Como podemos identificar nesta notícia editada pelo jornal *Gazeta de Notícias*:

Consta que a família Ferreira, de Campinas, libertara hoje mil escravos incondicionalmente.[...] N'esta capital restam apenas trinta escravos a libertar, e estes mesmos nas freguezias próximas.[...] O barão de Itupeva libertou setenta escravos.[...] Os Srs. Gregório Costa, João Romeiro e Francisco Romeiro trabalham activamente para libertar a cidade de Pindamonhangaba.⁴¹

O movimento abolicionista empreendido por profissionais liberais, políticos, jornalistas, entre tantos outros, foi de grande importância para o fim da escravidão. Porém podemos perceber através dos documentos da época que a participação do escravo teve um grande peso para a aquisição de sua liberdade, como disse o maçom Rui Barbosa:

Hoje a regência pratica às escâncaras, em solenidades públicas, o acoimamento de escravos [...]. Mas isso depois que dos serros de Cubatão se despenhava para a liberdade a avalanche negra, e *o não quero do escravo* impôs aos fazendeiros a abolição.⁴²

A partir dessa argumentação e de fontes de conteúdo similar, podemos perceber que os escravos não foram passivos diante da sua realidade. A adesão dos escravos à campanha abolicionista, agindo individualmente ou em grupo, da melhor maneira encontrada por eles, deu grande força ao movimento em prol da

⁴⁰ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, n. 427, 1886.

⁴¹ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ano 14, n. 52, 21 fev. 1888.

⁴² Apud SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*, p. 30.

sua libertação. E, sem dúvida, a ideologia maçônica e a influência de grandes personalidades adeptas dela foram de fundamental importância.

